

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-497/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	24.7 a 2.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-498/2023/PGJ, DE 15.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciano Bordignon Conte, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-499/2023/PGJ, DE 15.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Mariana Sleiman Gomes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-500/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	18 a 27.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-501/2023/PGJ, DE 15.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Janeli Basso, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 2339/2023-PGJ, DE 15.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Eudes Limeira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 19.4.2023, em razão de afastamento do servidor Magnum Fischer de Oliveira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2340/2023-PGJ, DE 15.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 28.4.2023 e no período de 2 a 5.5.2023, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-520/2023/PJ, DE 16.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-465/2023-PGJ, de 8.5.2023, que concedeu férias à servidora Telma Lucia Imada Leal, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-521/2023/PJ, DE 16.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1573/2022-PGJ, de 29.11.2022, que concedeu férias à servidora Liza Lacerda de Barros, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.5.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-522/2023/PJ, DE 16.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença luto, no período de 11 a 18.5.2023, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea "b", e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-523/2023/PGJ, DE 16.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Beatriz Andrade de Azevedo Bachim, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.6.2023 e de 2 a 11.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.5 a 7.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-524/2023/PGJ, DE 16.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Jean Haeffner Machado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença luto, no período de 8 a 15.5.2023, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 23 DE MAIO DE 2023, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0201/2023/CGMP/MS, de 13.3.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00028867-8*)
- **Ofício nº 0225/2023/CGMP/MS, de 21.3.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00033055-0*)

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:

- **Ofício nº 03/2023/CPJCrim, de 10.3.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 006/2022, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 12 de dezembro de 2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00035934-7*)
- **Ofício nº 06/2023/CPJCrim, de 18.4.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 001/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 1º de março de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00047026-0*)



3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça dos Interesses Difusos e Coletivos:

• **Ofício nº 06/2023/CPJDC**, de 20.4.2023. O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça dos Interesses Difusos e Coletivos Edgar Roberto Lemos de Miranda, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 002/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias dos Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 2 de março de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00047834-1*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

• **Ofício nº 0002/2023/PJE/NVR**, de 4.4.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00040558-0*)

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

• Requerimento (PGA 09.2022.00009827-8).

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

7.1.1. Expediente:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

• **Requerimento** subscrito pela 1ª Promotora de Justiça da comarca de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, que solicita a juntada da Ata de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentada sob o título "A tutela dos direitos fundamentais das vítimas de crimes patrimoniais no ordenamento jurídico brasileiro", bem como a Certidão de Conclusão do referido Curso. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00037173-0. (Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00001333-3)*)

Relator-Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Requerimento subscrito pela 1ª Promotora de Justiça da comarca de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, em obediência do disposto no inciso III do artigo 8º da Resolução 001/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016, apresenta, a este Egrégio Conselho Superior, cópia da dissertação de mestrado defendida, e aprovada, por esta representante ministerial, no último dia 03 de março de 2023, no curso de mestrado em Direitos Humanos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. (*Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00003285-5*)

Relator-Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Requerimento subscrito pela 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, com fundamento no artigo 158 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 15, inciso XI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério e Público e na Resolução n. 001/2016/CSMP, de 20 de setembro de 2016, requerer, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a concessão de Licença parcial para frequentar curso de Mestrado. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00028415-0*)

(*Processo de Gestão Administrativa n.º 09.2022.00002475-2*)

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Requerimento subscrito pela 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, apresenta relatório sobre as atividades exercidas no último período de gozo de licença integral para frequentar programa de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), referente aos meses de novembro a dezembro de 2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00027559-4*)

(*Processo de Gestão Administrativa n.º 09.2022.00002475-2*)

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. O Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso, em cumprimento ao artigo 8º, inciso I, da Resolução nº 01/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016, apresenta Relatório trimestral resumido de atividades desenvolvidas em curso de Mestrado referentes ao período de 6 de janeiro a 4 de abril de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00044505-0*)

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

**7.1.2. Julgamento de Processo:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002630-0**

Assunto: Relatório Circunstanciado Final referente à atuação pessoal e funcional dos Promotores de Justiça em estágio probatório, do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul.

Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

7.1.3. Remoções:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004640-6**

Expediente: Aviso nº 22/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca Água Clara, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira e Jean Carlos Piloneto.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004631-7

Expediente: Aviso nº 23/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Bonito, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Promotores de Justiça William Marra Silva Júnior, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Thiago Bonfatti Martins, Felipe Almeida Marques e Jean Carlos Piloneto.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004624-0

Expediente: Aviso nº 25/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Coxim, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Michel Maesano Mancuelho, Thiago Bonfatti Martins, Felipe Almeida Marques, Thiago Barile Galvão de França e Jean Carlos Piloneto.

4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004626-1

Expediente: Aviso nº 26/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Chapadão do Sul, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Thiago Bonfatti Martins, Juliana Pellegrino Vieira, Thiago Barile Galvão de França, Mayara Santos de Sousa e Jean Carlos Piloneto.

Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa

5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004629-4

Expediente: Aviso nº 27/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Naviraí, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, William Marra Silva Júnior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Thiago Bonfatti Martins, Juliana Pellegrino Vieira, André Luiz de Godoy Marques e Jean Carlos Piloneto.

6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004623-9

Expediente: Aviso nº 28/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Nova Andradina, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, William Marra Silva Júnior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Thiago Bonfatti Martins, Felipe Almeida Marques, Juliana Pellegrino Vieira, André Luiz de Godoy Marques, Mayara Santos de Sousa e Jean Carlos Piloneto.

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE002183 DE 16.05.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00005055-4**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mosko Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital.

Valor: R\$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002183, datada de 16.05.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002184 DE 16.05.2023 DO PROCESSO 09.2023.00005213-0

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Front Comercial Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 11/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento com a finalidade de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 8.146,00 (oito mil cento e quarenta e seis reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2023NE002184 de 16.05.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00004068-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **THF ELEVADORES LTDA**, representada por **Fernando Luis da Cunha**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores de passageiros, instalados no edifício-sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados; na sede do GAECO de Dourados e no edifício-sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Três Lagoas, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo.

Valor anual total estimado: R\$ 29.863,56 (vinte e nove mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002067, de 09.05.2023.

Vigência: 16.05.2023 até 16.05.2024.

Data de assinatura: 16 de maio de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2023/50ªPJ****Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000367-2**

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Adoção de providências quanto às condições higiênico-sanitárias do EPFRSAAA e adequação a legislação sanitária vigente.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao *Parquet*;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília¹ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, a *adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*², além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*³;

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO que compete à 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando

¹ Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

² Alínea “b”, item 6;

³ Alínea “n”;



medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO ainda que as "Regras de Mandela" estabelecem, em sua Regra 42, que *"as condições gerais de vida expressas nestas Regras, incluindo aquelas relacionadas à iluminação, à ventilação, à temperatura, ao saneamento, à nutrição, à água potável, à acessibilidade a ambientes ao ar livre e ao exercício físico, à higiene pessoal, aos cuidados médicos e ao espaço pessoal adequado, devem ser aplicadas a todos os presos, sem exceção"* (grifo nosso);

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Inspeção Circunstanciado nº 302/2022-SEFIS, de 28 de fevereiro de 2022, e 32/2023, de 10 de abril de 2023 encaminhado a partir da realização de inspeção pela Vigilância Sanitária Municipal no Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, aberto e Assistência à Albergada de Campo Grande – EPFRSAAA em 05 de abril de 2023 e 10 de abril de 2023, após solicitação de apoio desta 50ª Promotoria de Justiça, objetivando à verificação das condições higiênico-sanitárias da unidade prisional e sua adequação à legislação sanitária vigente;

CONSIDERANDO ainda a Lei Complementar nº 148 de 23 de dezembro de 2009, a qual *instituiu o Código Sanitário Municipal, dispondo sobre as atribuições do poder público municipal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências*.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Procedimento Administrativo n. 09.2023.00000367-2⁴, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Rodrigo Rossi Maiorchini, em conjunto com a Diretora do EPFRSAAA, Cleide Santos do Nascimento Freitas, que adotem providências quanto às condições higiênico-sanitárias do EPFRSAAA e sua adequação à legislação sanitária vigente, com as seguintes ações:

1. Pavilhões de celas:

- 1.1 Optar por camas com estrutura confeccionada com material de fácil higienização e com menor número possível de frestas;
- 1.2 Providenciar substituição de colchões não íntegros;
- 1.3 Providenciar revestimentos aos colchões e travesseiros, confeccionados em material resistente, impermeável de fácil higienização;
- 1.4 Manter rotina de aspiração e limpeza das celas e artigos de camas, com eliminação de prováveis abrigos de insetos;
- 1.5 Remover manchas de sangue e manchas de fezes de percevejos com água quente e sabão;
- 1.6 Qualquer objeto a ser descartado no processo de eliminação dos percevejos deve ser devidamente armazenado em saco plástico bem lacrado para evitar a dispersão desses insetos para outros locais;
- 1.7 Providenciar a desinsetização dos ambientes, através de controle químico, a ser realizado por empresa especializada e licenciada pela Vigilância Sanitária.

2. Área de preparo e manipulação de alimentos:

- 2.1 Providenciar Manual de Boas Práticas para o Serviço de Alimentação e os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP, conforme a Resolução RDC n. 216, de 15/09/2004, que deverão estar devidamente implementados;
- 2.2 Providenciar curso de higiene e manipulação de alimentos a todas as manipuladoras que não possuem, nos termos do Decreto n. 11.298, de 24/08/2010 e da Lei n. 3643, de 01/09/1999;
- 2.3 Manter higienização do reservatório de água em um intervalo máximo de 6 meses;
- 2.4 Manter luminárias, localizadas sobre a área de preparação dos alimentos, com proteção contra explosão e quedas acidentais ou providas de lâmpadas de led;
- 2.5 Providenciar limpeza e condições de conservação e manutenção que se fizerem necessárias.

⁴ "Acompanhar a realização das inspeções e projetos no EPFRSAAA em 2023".



3. Dispensa:

3.1 Manter prateleiras, armários e outras superfícies onde são armazenados os alimentos constituídos de material liso, lavável e impermeável;

3.2 Manter elevação (suspensão de contato com o piso) de armários e pallets de modo a possibilitar a limpeza de cômodo e não propiciar a habitação e proliferação de fauna sinantrópica.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretendem implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Os recomendados deverão providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2023.

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0007/2023/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 06.2023.00000284-0.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000284-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Laís Amorim de Barros

Objeto: A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do IC nº 06.2023.00000284-0, para apurar circunstâncias do incêndio em uma área de 160,6046 hectares, coordenadas -19º16'25.0", -56º27'41.0", no interior do imóvel rural "Fazenda Espírito Santo", entre 27/07/2022 e 25/08/2022, em desacordo com a Portaria IMASUL nº 1.101/2022, que suspendeu as autorizações ambientais de "Queima Controlada" entre o período de 03/07/2022 a 31/12/2022.

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a respeitar a legislação ambiental vigente, pelo que não realizará qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "Fazenda Espírito Santo" (CARMS009844), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. A vigência, abrangência e finalidade da autorização, licença ou declaração ambiental concedida deverão ser respeitadas, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade da Compromissária. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada hectare alterado sem autorização. 2) A Compromissária obriga-se a apresentar Plano de Ação Contra Incêndio referente ao imóvel rural "Fazenda Espírito Santo" (CARMS009844) para o ano 2023, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais). 3) A Compromissária obriga-se a autorizar os funcionários da "Fazenda Espírito Santo" (CARMS009844) a participarem, quando convocados, do Curso de Ações de Prevenção Contra Incêndio, a ser ministrado



pelo 3º Grupamento dos Bombeiros Militar de Corumbá/MS. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Neste ato, a Compromissária obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por dia de atraso.

Corumbá/MS, 12 de maio de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0008/2023/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 06.2022.00000465-6.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2022.00000465-6 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Compromissário: Granha Ligas LTDA.

Objeto: A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000465-6, para mitigar o passivo ambiental e prejuízos à saúde e ao patrimônio dos moradores adjacentes causados pelas atividades da empresa Granha Ligas LTDA., situada no Município de Corumbá/MS, no que diz respeito à emissão de partículas em suspensão (pó de coloração escura).

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a respeitar qualquer atividade potencialmente poluidora na área do empreendimento localizado na Rua Rui Barbosa, 2, Bairro Industrial (antiga Estrada do Urucum, Bairro Bocaina), em Corumbá/MS, CEP 79031-970, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente, ou em desacordo com a LO n.º 155/2022 expedida pelo IMASUL. A autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade da Compromissária e do órgão ambiental emissor. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais). 2) A Compromissária obriga-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, até o último dia útil nos meses de janeiro e julho, cópia do relatório semestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM, acompanhado da ART do profissional responsável, já apresentados ao IMASUL/SEMAGRO/MS, em atendimento à condicionante específica n.º 6 da Licença de Operação n.º 155/2022. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias. 3) A Compromissária obriga-se a realizar o monitoramento seguindo os parâmetros indicados nos itens A a H da condicionante específica n.º 6 da Licença de Operação n.º 155/2022. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada relatório de execução do Plano de Automonitoramento – PAM apresentado em desconformidade com os parâmetros indicados nos itens A a H da condicionante específica n.º 6 da Licença de Operação n.º 155/2022. 4) A Compromissária obriga-se a fornecer e assegurar a utilização de EPI's (equipamentos de proteção individual) adequados pelos seus funcionários durante as operações do empreendimento, devendo comprovar a aquisição dos referidos equipamentos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias.

Corumbá/MS, 12 de maio de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2023/02PJ/CBA****Inquérito Civil nº 06.2023.00000285-1.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000285-1 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Ricardo Penna Chaves

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000285-1 para apurar as circunstâncias do incêndio em uma área de 97,4173 hectares, coordenadas - 19°14'37.0", -56°2048.0", no interior do imóvel rural "Fazenda São José da Formosa", entre 27/07/2022 a 25/08/2022, em desacordo com a Portaria IMASUL nº 1.101/2022, que suspendeu as autorizações ambientais de "Queima Controlada" entre o período de 03/07/2022 a 31/12/2022.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a respeitar a legislação ambiental vigente, pelo que não realizarão qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "Fazenda São José da Formosa" (CARMS0026457), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. A vigência, abrangência e finalidade da autorização, licença ou declaração ambiental concedida deverão ser respeitadas, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada hectare suprimido sem autorização ou excedente. 2) O Compromissário obriga-se a apresentar Plano de Ação Contra Incêndio referente ao imóvel rural "Fazenda São José da Formosa" (CARMS0026457) para o ano 2023, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais). O Compromissário obriga-se a autorizar os funcionários da "Fazenda São José da Formosa" (CARMS0026457) a participarem, quando convocados, do Curso de Ações de Prevenção Contra Incêndio, a ser ministrado pelo 3º Grupamento dos Bombeiros Militar de Corumbá/MS. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais). 3) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por dia de atraso.

Corumbá/MS, 12 de maio de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

REPUBLICAÇÃO**EDITAL N.º 017/2022-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001475-0 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001475-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nilva Proença de Queiroz

Assunto: Apurar desmatamento de 4,27 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Vó Nelly (antiga Estância Santa Terezinha), em Aquidauana/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 238/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Aquidauana - MS, 16 de maio de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

BELA VISTA

EDITAL N.º 0016/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00000481-6

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Habib

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Habib em Bela Vista/MS, sendo desmatamento de 47,42 hectares sobre fitofisionomia de Vegetação Pretérita de Mata Atlântica, conforme Parecer n. 325/22/NUGEO bem como Relatório n. 033/2GPMA/BPMA/2022.

Bela Vista/MS, 15/05/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0017/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00005318-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Suina Agricultura Ltda

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001645-1.

Bela Vista/MS, 15/05/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2023/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00005329-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Querência do Sul

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2023.00000053-1.

Bela Vista/MS, 15/05/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil 06.2018.00001645-1**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Suinã Agricultura Ltda - Fazenda Panorama

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001645-1, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Panorama de propriedade de Suinã Agricultura Ltda, as margens do Rio Apa.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO informa neste ato que o imóvel mencionado no Título II encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural com o seguinte número: CARMS0008955.

Parágrafo primeiro. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste TAC.

Parágrafo segundo. A comprovação da inscrição da Reserva Legal no CAR – Cadastro Ambiental Rural será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do CAR – Cadastro Ambiental Rural, caso em que incidirá o parágrafo terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA: Se a área de reserva legal e/ou de preservação permanente estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a recuperação das áreas degradadas, sendo elas: a) área de preservação permanente do Rio Apa (2,8900 hectares); b) córrego estrelinha (0,4793 hectares); c) córrego intermitente 93 (0,2274 hectares); d) córrego intermitente 92 (0,0697 hectares); e) córrego intermitente 71 (3,1849 hectares); f) córrego intermitente 70 (2,2479 hectares); g) córrego intermitente 69 (0,8690 hectares); h) córrego intermitente 197 (1,1408 hectares); i) nascente do córrego intermitente 93 (0,5591 hectares); j) nascente do córrego intermitente 71 (0,1646 hectares); k) nascente do córrego intermitente 197 (0,1511 hectares), l) barramento 01 – CI 92 (1,1908 hectares); m) barramento 03 – CI 71 (0,2009 hectares); n) barramento 06 – CI 69 (0,0407 hectares); o) reserva legal (376,2649 hectares),



o COMPROMISSÁRIO, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará um PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas, no prazo de 90 dias, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do projeto por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal mencionadas no *caput* desta cláusula, que contenham erosões e/ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo a ser estabelecido pelo PRADA, sendo que o documento passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

B) promoverá, no prazo 02 (dois) anos, a contar da assinatura deste TAC, o isolamento das áreas de preservação permanente (APP's) e áreas de reserva legal, nas partes acima mencionadas que necessitem de recuperação, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.), a ser instalada nas seguintes metragens previstas no art. 4º, da Lei Federal n. 12.651/2012.

Parágrafo primeiro. No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal e/ou da área de preservação permanente, após o prazo para cercamento, configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

Parágrafo segundo. O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando à recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

Parágrafo terceiro. A comprovação do cercamento será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado, em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

Parágrafo quarto. A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta.

Parágrafo quinto. As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Caso o compromissário pretenda aderir ao PRA – Programa de Regularização Ambiental, previsto no artigo 59 da Lei Federal 12.651/2012, deverá fazer o respectivo protocolo no prazo de 04 (quatro) meses após a assinatura deste termo, bem como respeitar os prazos e obrigações previstas neste TAC, prevalecendo aqueles que forem mais restritivos (mais exíguos), em caso de divergências entre este documento, o PRA e o Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental.

*Observe-se que o art. 59, § 2º, c/c art. 29, § 4º, ambos do Código Florestal (de acordo com a Lei Federal n. 13.887/2019), concedeu dois anos, a partir de 31 de dezembro de 2020, para adesão ao PRA, de forma que o prazo final seria 31/12/2022 para sua adesão, sendo vedado nesta cláusula colocar prazo superior a este, salvo, se houver prorrogação legal.

Bela Vista-MS, 15 de maio de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

**CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0010/2023/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000393-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000393-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sérgio Yutaka Obara

Objeto: Apurar o desmatamento de árvores em uma área de 179,419 hectares, bem como o desmate de vegetação em uma área de 10,7311 hectares, na Fazenda Califórnia, em Cassilândia/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 11463/2022 e Laudo de Constatação nº 014767/2022.

Cassilândia-MS, 05 de maio de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0011/2023/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000404-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000404-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Proprietário da Fazenda Vista Alegre

Objeto: Apurar suposta poluição ambiental na Fazenda Vista Alegre, ante a suposta existência de 3 (três) poços tubulares para captação de água subterrânea sem as devidas licenças/autorizações ambientais necessária.

Cassilândia-MS, 08 de maio de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0012/2023/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000405-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000405-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia/MS

Objeto: Apurar suposta poluição ambiental, por aparente esgoto a céu aberto próximo ao posto de combustível Independência.

Cassilândia-MS, 08 de maio de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL N° 0013/2023/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n° 06.2023.00000464-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, n° 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório n° 06.2023.00000464-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Empresa DURATRAT Comércio de Madeira LTDA

Objeto: Apurar a poluição hídrica praticada pela empresa DURATRAT Comércio de Madeira LTDA, conforme Auto de Infração/IMASUL n° 3528/2023.

Cassilândia-MS, 08 de maio de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

MARACAJU**EDITAL N°. 0012/2023/02PJ/MCJ**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000146-3

Requerente:Ministério Público Estadual

Requeridos: Emerson Oliveira da Conceição; José Ribeiro Pissitelli; Juvenil dos Santos Matos; Rodrigo Ribeiro Pissitelli.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de 8 (oito) árvores nativas vitalizadas em Área de Preservação Permanente, bem como exploração de 40 (quarenta) árvores nativas vitalizadas, localizadas fora da Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal, no Lote 102 - Assentamento Santa Guilhermina, em Maracaju/MS, sem autorização do órgão competente, conforme os Relatórios de Fiscalização Ambiental n. 35, n. 36, n. 37 e n. 38/2ºGPMA/4ªCIA/BPMA/2022.

Maracaju-MS, 12 de maio de 2023.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça

PARANAÍBA**RECOMENDAÇÃO N. 0001/2023/01PJ/PBA****Procedimento Preparatório n. 06.2023.00000329-4**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba, através de sua agente signatária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127, da Constituição Federal de 1988, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/1993, art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994 e art. 44, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, e;



CONSIDERANDO, nos termos da Carta Constitucional, em seu artigo 129, dentre outras, estar expressamente elencada a atribuição do Ministério Público para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, assim como para a promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto no *artigo 3º, inciso I, alínea "d", da Lei Federal nº 11.445/2007*, que considera saneamento básico como conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais, aí englobadas aquelas relativas à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, a qual é constituída pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões e cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

CONSIDERANDO o contido no *artigo 19, §3º, do mesmo diploma legal*, que determina que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas;

CONSIDERANDO o teor do *artigo 49, inciso X, da mesma legislação*, o qual dispõe que está entre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde;

CONSIDERANDO que, por força da *cláusula segunda, item 2.1.2, inciso V do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021*, firmado em 24 de agosto de 2021 entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e o Município de Paranaíba, compete a este último o licenciamento e a fiscalização ambiental dos empreendimentos e das atividades de impacto ambiental local, aí compreendidas, conforme *itens 2.69.1 e 2.70.1 do Anexo Único* do referido instrumento, as atividades de infraestrutura de SISTEMA DE DRENAGEM URBANA – lançamento ou disposição final das águas coletadas/drenadas e SISTEMA DE MACRODRENAGEM (obras de retificação, canalização, revitalização e/ou recuperação de curso d'água);

CONSIDERANDO que, ao mesmo tempo, o IMASUL não se exime de suas responsabilidades inerentes ao poder de polícia administrativo, vez que deve acompanhar o Município e fiscalizar o cumprimento do termo de cooperação técnica, além de orientar o ente municipal quanto aos problemas ambientais constatados;

CONSIDERANDO, desta forma, os elementos colhidos no bojo do *Inquérito Civil nº 06.2021.00000832-6*, mormente Relatório de Vistoria Nº 010/3ºGPMA/2022, confeccionado pela Polícia Militar Ambiental a pedido desta Promotoria de Justiça, em razão das indagações apresentadas pela Associação Amigos da Natureza do Bolsão, por meio do Ofício nº 0098/2022/ANB, os quais deram origem ao presente Procedimento Preparatório;

CONSIDERANDO que, entre as irregularidades constatadas pela Polícia Militar Ambiental encontra-se a existência de processo erosivo, objeto do Laudo de Constatação/IMASUL nº 11625 e Notificação/IMASUL nº 12468, que foi objeto de solicitação de PRADA à SEMMA;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 071/2023/SEMMA, apresentou PRADA, informando que a área que se encontra em erosão seria objeto de obras de "canalização córrego cabeceira do aterro", de forma que referido projeto faz parte de peça técnica para solicitar o licenciamento ambiental para a atividade 2.70.1 - SISTEMA DE MACRODRENAGEM;

CONSIDERANDO, por fim, que instada a manifestar-se acerca do andamento do licenciamento ambiental da obra de canalização do córrego cabeceira do aterro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou através do Ofício nº 110/2023/SEMMA que este encontra-se em fase de elaboração das peças técnicas de Proposta Técnica Ambiental (PTA); Plano Básico Ambiental (PBA) incluindo plano ambiental de construção (PAC) e o Plano de Controle Ambiental (PCA), apontando que "assim que finalizados serão protocolados e remetidos para análise técnica da referida secretaria";



CONSIDERANDO que, no mesmo sentido, instada a manifestar-se, a Secretaria Municipal de Obras informou, por meio do Ofício nº 024/2023/SEC.OBRAS que as obras referentes à canalização do Córrego Cabeceira do Aterro, foi submetida à licitação, gerenciada pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL, e que ao Município de Paranaíba restou a incumbência de realizar os estudos e projetos para a obtenção de licença de instalação e operação, e elaboração de Projeto Executivo de Canalização de Águas Pluviais, referente à canalização em trechos do Córrego Cabeceira do Aterro, sendo que toda a execução da obra é de responsabilidade do estado, por meio da já citada AGESUL;

CONSIDERANDO ser o instituto da recomendação regido pelos seguintes princípios expressos, nos termos do artigo 2º da Resolução 164, de 28 de março de 2017 do CNMP, entre outros: I – motivação; II – formalidade e solenidade; III – celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas; IV – publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade; V – máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas; VI – garantia de acesso à justiça; VII – máxima utilidade e efetividade; VIII – caráter não-vinculativo das medidas recomendadas; IX – caráter preventivo ou corretivo; X – resolatividade; XI – segurança jurídica; X – a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais;

CONSIDERANDO, finalmente, nos termos do §1º do mesmo artigo retro, que a recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano;

RESOLVE RECOMENDAR:

1) AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS, JOSÉ CARLOS MACEDO GRANDE, AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E TRANSPORTE LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA, AO (À) REPRESENTANTE DA AGESUL E AO PREFEITO MUNICIPAL MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, A ADOÇÃO DAS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

a) a imediata paralisação da execução da obra de drenagem urbana na região compreendida como Córrego Cabeceira do Aterro sem o devido licenciamento ambiental, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, até que seja regularizada a situação de licenciamento ambiental, sob pena de incorrerem em eventual hipótese de crime de prevaricação, capitulado no artigo 319 do Código Penal;

2) AO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL:

a) que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis com relação aos fatos narrados, visando à imediata paralisação e/ou não autorização de execução da obra de drenagem urbana referente à região compreendida como Córrego Cabeceira do Aterro, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, haja vista seu poder de polícia administrativo proveniente da Lei Complementar nº 140/2011, até que seja regularizada a situação e verificadas as medidas necessárias;

O não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se uma via da presente, pessoalmente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e aos Excelentíssimos Senhores Secretários Municipais de Meio Ambiente e de Obras, Serviços e Transportes, e uma via por meio postal à AGESUL e ao Diretor-Presidente do IMASUL.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP), e ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPMS.

Paranaíba/MS, 27 de abril de 2023.

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N. 0002/2023/01PJ/PBA****Procedimento Preparatório n. 06.2023.00000330-6**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba, através de sua agente signatária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127, da Constituição Federal de 1988, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/1993, art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994 e art. 44, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, e;

CONSIDERANDO, nos termos da Carta Constitucional, em seu artigo 129, dentre outras, estar expressamente elencada a atribuição do Ministério Público para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, assim como para a promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto no *artigo 3º, inciso I, alínea "d", da Lei Federal nº 11.445/2007*, que considera saneamento básico como conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais, aí englobadas aquelas relativas à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, a qual é constituída pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões e cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

CONSIDERANDO o contido no *artigo 19, §3º, do mesmo diploma legal*, que determina que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas;

CONSIDERANDO o teor do *artigo 49, inciso X, da mesma legislação*, o qual dispõe que está entre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde;

CONSIDERANDO que, por força da *cláusula segunda, item 2.1.2, inciso V do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021*, firmado em 24 de agosto de 2021 entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e o Município de Paranaíba, compete a este último o licenciamento e a fiscalização ambiental dos empreendimentos e das atividades de impacto ambiental local, aí compreendidas, conforme *itens 2.69.1 e 2.70.1 do Anexo Único* do referido instrumento, as atividades de infraestrutura de SISTEMA DE DRENAGEM URBANA – lançamento ou disposição final das águas coletadas/drenadas e SISTEMA DE MACRODRENAGEM (obras de retificação, canalização, revitalização e/ou recuperação de curso d'água);

CONSIDERANDO que, ao mesmo tempo, o IMASUL não se exime de suas responsabilidades inerentes ao poder de polícia administrativo, vez que deve acompanhar o Município e fiscalizar o cumprimento do termo de cooperação técnica, além de orientar o ente municipal quanto aos problemas ambientais constatados;

CONSIDERANDO, desta forma, os elementos colhidos no bojo dos autos da *Notícia de Fato nº 01.2023.0000486-0*, mormente o Ofício nº 00105/2022/ANB, encaminhado pela Associação Amigos da Natureza do Bolsão, dando conta de que havia situação de irregularidade ambiental envolvendo plantações inadequadas e assoreamento hídrico em área de preservação permanente e de vereda, localizada nas imediações da Câmara e Prefeitura Municipais (coordenadas geográficas: Latitude: -19° 40' 33,80"S, Longitude: -51° 12'09,38" O);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 0047/2023/SEMMA, apresentou PRADE, informando que na área de APP com plantação irregular seriam removidas as culturas agrícolas, bem retirados os resíduos dispostos irregularmente e o local sinalizado como placas informando a proibição de tal prática, informando, ainda, por meio do Ofício nº 079/2023/SEMMA que a área em questão seria objeto de obras de "canalização do Córrego Estiva", de forma que referido projeto faz parte dos estudos técnicos de licenciamento ambiental para a atividade 2.70.1 - SISTEMA DE MACRODRENAGEM;



CONSIDERANDO que, no mesmo sentido, instada a manifestar-se, a Secretaria Municipal de Obras informou, por meio do Ofício nº 024/2023/SEC.OBRAS que as obras referentes à canalização do Córrego Estiva, foi submetida à licitação, gerenciada pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL, e que ao Município de Paranaíba restou a incumbência de realizar os estudos e projetos para a obtenção de licença de instalação e operação, e elaboração de Projeto Executivo de Canalização de Águas Pluviais, referente à canalização em trechos do Córrego Cabeceira do Aterro, sendo que toda a execução da obra é de responsabilidade do estado, por meio da já citada AGESUL;

CONSIDERANDO ser o instituto da recomendação regido pelos seguintes princípios expressos, nos termos do artigo 2º da Resolução 164, de 28 de março de 2017 do CNMP, entre outros: I – motivação; II – formalidade e solenidade; III – celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas; IV – publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade; V – máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas; VI – garantia de acesso à justiça; VII – máxima utilidade e efetividade; VIII – caráter não-vinculativo das medidas recomendadas; IX – caráter preventivo ou corretivo; X – resolutividade; XI – segurança jurídica; X – a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais;

CONSIDERANDO, finalmente, nos termos do §1º do mesmo artigo retro, que a recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano;

RESOLVE RECOMENDAR:

1) AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS, JOSÉ CARLOS MACEDO GRANDE, AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E TRANSPORTE LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA, AO (À) REPRESENTANTE DA AGESUL E AO PREFEITO MUNICIPAL MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, A ADOÇÃO DAS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

a) que não seja iniciada a execução da obra de drenagem urbana na região compreendida como Córrego Estiva sem o devido licenciamento ambiental, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, até que seja regularizada a situação de licenciamento ambiental, sob pena de incorrerem em eventual hipótese de crime de prevaricação, capitulado no artigo 319 do Código Penal;

2) AO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL:

a) que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis com relação aos fatos narrados, para fiscalizar e eventualmente não autorizar a execução da obra de drenagem urbana referente à região compreendida como Córrego Estiva, tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2021, haja vista seu poder de polícia administrativo proveniente da Lei Complementar nº 140/2011, até que seja regularizada a situação e verificadas as medidas necessárias;

O não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se uma via da presente, pessoalmente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e aos Excelentíssimos Senhores Secretários Municipais de Meio Ambiente e de Obras, Serviços e Transportes, e uma via por meio postal à AGESUL e ao Diretor-Presidente do IMASUL.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP), e ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPMS.

Paranaíba/MS, 27 de abril de 2023.

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça